

# **POLÍTICAS NEOLIBERAIS DE PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REDE ESTADUAL PÚBLICA DE ENSINO DO PIAUÍ**

Marina Gleika Felipe Soares<sup>1</sup>  
Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges de Almeida<sup>2</sup>  
Lucineide Maria dos Santos Soares<sup>3</sup>

## **INTRODUÇÃO**

No capitalismo histórico, a acumulação do capital sempre tendenciou a uma forma cada vez mais crescente à mercantilização em todas as suas formas de atuação causando impacto não só nas coisas materiais, como também na materialidade da consciência. (GENTILI, 2013, p.215). Essa conjuntura coloca o capital, portador de juros, no centro das relações econômicas e sociais refletindo agora a acumulação financeira, ou seja, a financeirização, na qual, apresenta o Banco Mundial como uma das entidades com papel preponderante no funcionamento prático do sistema de finanças mundializadas.

A compreensão crítica do desenvolvimento capitalista acentua crises cíclicas que envolvem todas as esferas da prática social caracterizadas em novas dinâmicas de acumulação de capital que reflete novas formas de dominação, dando sentido às estratégias políticas e culturais neoliberais. Com isso, “o neoliberalismo se expressa como uma saída política, econômica, jurídica e cultural específica para a crise hegemônica que começa a atravessar a economia do mundo capitalista” (GENTILI, 2013, p.217). Ele é então, “o produto do esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir do final dos anos 1960 e começo dos 1970.” Significando a necessidade de restabelecer a hegemonia burguesa do capitalismo global, aqui representada pelas classes dominantes antinacionais e antipopulares com o imperialismo em pleno rigor de se restringir substancialmente o campo dos direitos sociais na saúde, educação, assistência social, trabalho, previdência social, entre outros.

Essas restrições, especificamente no campo educacional, destacam-se pela forte incidência do setor privado praticamente em todas as etapas e modalidades da educação no Brasil e em especial no Piauí.

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela UFPI. E-mail: marina-gleika@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí. E-mail: lucinerodrigues@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Professora Mestra da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: ladyluci-maria@hotmail.com

## **OBJETIVO**

Face a este contexto, este resumo expandido objetiva discutir os impactos da privatização e mercantilização do ensino na Educação Básica da Rede Estadual Pública do Piauí a partir de contratos firmados com o Banco Mundial e acordos de cooperação entre o Instituto UNIBANCO, Fundação Lemann e o Instituto Premium.

## **JUSTIFICATIVA**

No Piauí, este tema faz parte de uma área ainda pouco pesquisada, o que pode ser comprovada pela sua exígua produção, porém é muito importante pesquisas que contribuam para o enfrentamento de questões relativas aos processos pedagógicos capitalistas a que estão submetidos os trabalhadores e a escola em suas relações sociais.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, de um estudo preliminar acerca do aprofundamento do financiamento de políticas públicas de tendência neoliberal, necessitando assim, de uma investigação crítica sobre os impactos dessa política no direito humano à educação. Destaca-se que o recorte temporal deste estudo engloba os anos mais recentes (2014 até os dias atuais) das políticas educacionais do Governo Estadual do Piauí de José Wellington Barroso de Araújo Dias, do Partido dos Trabalhadores.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O avanço do capital na educação pública tem refletido imposição de privatização mais agressiva de forma que a diferença entre a educação pública e privada está se dissolvendo, ou mesmo deslocando a fronteira do ensino público para o privado, em formas legais e ilegais, éticas e não éticas. O que nos coloca a necessidade de aprofundarmos as ações de forma conjunta em todas as entidades no sentido de ocupar os espaços públicos e de se resgatar as políticas públicas voltadas para os reais anseios sociais.

Na atual crise econômica hegemônica mundial, a ofensiva neoliberal contra a escola pública se materializa por um conjunto de medidas políticas de caráter dualizante, redefinindo um novo cenário político, econômico e social, configurando-se com a quebra da lógica do sentido do direito humano à educação.

A seguir, destacam-se os dados coletados que apontam alguns indicadores de privatização ou mercantilização do ensino público do Estado do Piauí tais como: parcerias público – privado sob a forma de regime de cooperação, contratos de gestão com adoção de propostas que influenciam a educação através de um discurso da gestão por resultados:

**Quadro 1:** Indicadores de Privatização ou Mercantilização do Ensino Público no Estado

<b>REDE ESTADUAL DO PIAUÍ</b>	
<b>Indicadores</b>	<b>Síntese dos Dados</b>
<b>Instituto Unibanco</b>	<b>O Programa atua em mais de 450 unidades da rede estadual de ensino.</b> "O projeto Jovens do Futuro compreende aspectos de Monitoramento, Avaliação de Resultados e Correção de Rotas visando a melhoria da aprendizagem dos estudantes"
<b>Fundação Lemann</b>	<b>Projeto: "Gestão para aprendizagem" será desenvolvido durante dois anos em 100 escolas do ensino fundamental.</b> Segundo Guilherme Antunes, gerente de projetos da Fundação: "Nosso objetivo é ajudar a melhorar a educação no Brasil. Somos uma Organização não Governamental (ONG) sem fins lucrativos, ou seja, não existe nenhum tipo de transferência de renda da secretaria para a fundação. Todo o trabalho é financiado pela fundação"
<b>Banco Mundial</b>	No sentido de melhorar a educação, o Governo do Estado tem introduzido e implementado entre outras políticas, as seguintes: (i) estabelecimento de tempo integral para as escolas de ensino fundamental e médio; (ii) a mediação tecnológica através da qual se tem ampliado a oferta dos serviços educacionais para as populações mais distantes e na zona rural atingido mais de 100 pontos de recepção; (iii) a melhoria da gestão através da seleção por mérito dos gestores regionais e das escolas, incluindo-se também a capacitação dos Conselhos Escolares; (iv) a alfabetização de adultos, principalmente nos municípios de maiores índices de analfabetismo, com ênfase no atendimento às mulheres chefes de família, às que recebem o Bolsa Família e/ou trabalham na agricultura familiar; e, (v) programas de correção de fluxo escolar e de incentivo a permanência e ao sucesso acadêmico dos alunos do Ensino Médio.
<b>Instituto Premium</b>	Contrato: Execução de Serviços Técnicos Especializados na Operacionalização de Plataforma Educacional Síncrona direcionada à implantação do Curso Ensino Médio Regular e Preparatório do Enem Presencial com Mediação Tecnológica no Estado do Piauí, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Estado do Piauí. Valores 2015: R\$12.525.302,32 e em 2016 R\$17.891.161,78.

**Fonte:** Quadro elaborado pelas pesquisadoras com base em informações coletadas no Portal da Transparência do Piauí, Diário Oficial do Estado do Piauí, site da Secretaria Estadual de Educação do Piauí- SEDUC e Projeto do Banco Mundial “Piauí Pillars of Growth and Social Inclusion Project” (P129342)

O Quadro 1 apresenta alguns indicadores de ações do Instituto Unibanco referente a incidência em mais de 450 unidades escolares, através do Projeto Jovem do Futuro em parceria com a Seduc/PI<sup>4</sup>, fornecendo assessoria técnica, instrumentos e produzindo análises que apontam caminhos para a “melhoria” dos resultados de aprendizagem dos

<sup>4</sup> Secretaria de Educação do Estado do Piauí

estudantes, com foco na gestão escolar. No entanto, a gestão para resultados não é um mecanismo da gestão democrática, pois as ferramentas que são utilizadas baseadas nas práticas mercantis voltadas para avaliação, indicadores e resultados desconsideram o processo educacional democrático e as práticas escolares voltadas para a formação do sujeito histórico e social (CAETANO, 2013, p. 92).

Nessa mesma perspectiva, o Instituto Lemann desenvolve o Projeto: “Gestão para aprendizagem” e abrange 100 escolas do ensino fundamental, entrando no cenário educacional piauiense com ações similares do Instituto UNIBANCO.

No caso do Banco Mundial, o Projeto “Piauí Pillars of Growth and Social Inclusion Project”<sup>5</sup> (Piauí: Pilares de crescimento e Inclusão Social - P129342) propõe um pacote destinado a diminuir a evasão escolar no ensino secundário do Estado, com o oferecimento de “mais e melhores” oportunidades de aprendizagem e incentivos para os jovens, realizado através de diversas formas de expansão: do ensino à distância; das modalidades existentes de ensino médio no Estado; do modelo de escola de tempo integral. Já o Instituto Premium incide junto com o Banco Mundial a fim de concretizar as ações de execução de serviços técnicos direcionada à implantação da mediação tecnológica no Estado do Piauí.

Verifica-se formas de privatização, cuja expansão presente nesse projeto do Banco Mundial em parceria com o Governo local se baseia na difusão da mediação tecnológica (tele aula). Entretanto, essa prática centrada no método expositivo por meio televisivo consiste numa prática pedagógica contaminada, preocupada somente com a reprodução do conhecimento, com a ação docente fragmentada e assentada na memorização, na cópia e que não proporciona ao aluno ser sujeito construtor de sua própria história capaz de transformar a realidade e tomar parte ativa na sociedade (BEHRENS, 2013).

Além dos indicadores acima descritos, as ações colocadas no cenário educacional também incluem: tentativa de implementação da militarização das escolas, porém esse processo foi barrado pelos movimentos sociais e o Ministério Público Estadual do Piauí através da Notificação Recomendatória nº 06 de fevereiro de 2016; desafetação de prédios escolares (escolas passaram a pertencer ao Fundo de Previdência do Estado, tendo o

---

<sup>5</sup> O Governo do Estado do Piauí recebeu um empréstimo do Banco Internacional para reconstrução e desenvolvimento (Bird), Banco Mundial, no montante de US\$ 120 milhões para financiar o Projeto Piauí: Pilares de crescimento e Inclusão Social (Acordo de empréstimo nº 9575-BR de 2017).

Estado do Piauí que pagar pelo aluguel desses prédios - Lei nº 6.776/2016); implementação de bonificações na remuneração dos professores, gestão “democrática” das escolas através de Decreto nº 16.902 de 29 de novembro de 2016 do Estado do Piauí, com implementação de Banco de Gestores e a contratação de Administradores e Contadores para as escolas de tempo integral, reforçando a ideia de escola-empresa.

Ressalta-se que esse contexto de mercantilização já está inserido nas organizações públicas, como a Universidade Federal do Piauí e, em caso específico na Rede Estadual, a Universidade Estadual do Piauí com a expansão da EAD na educação superior ofertando 6 mil vagas em 2017, com intenção de universalização ensino superior no Estado do Piauí até 2018, conforme fala mais recente do Governador, tendo o Banco Mundial como principal fonte de financiamento desse projeto, de acordo com entrevistas na mídia local. Essas demais políticas colaboram para criar ambiência para ampliar a mercantilização e privatização do sistema público de educação.

Ximenes (2015), destaca a forte entrada de sistemas privados na administração pública educacional brasileira e os impactos no sentido de perda da capacidade dos municípios em realizar o direito à educação, esclarecendo que se dê um passo atrás no sentido de se compreender o que vem a ser esse direito, considerando que os direitos humanos são universais.

Chama a atenção para a perspectiva normativa que essa relação entre políticas públicas e os sistemas privados fere os direitos constitucionais pois, o direito à educação não se restringe apenas ao direito social, cabendo também ao Estado o dever de assegurar a formação de sujeitos históricos e sociais, dentre outras dimensões do direito à educação que dizem respeito à liberdade e à autonomia, características do direito humano à educação importantes, visto que, sem elas não se efetiva o direito humano à educação.

Essa privatização é reflexo de uma intervenção excessiva do Estado de matriz neoliberal, que levam a padronização exacerbada das propostas pedagógicas das escolas em relação ao direito de autonomia, à liberdade de cátedra, de ensino, do trabalho pedagógico do professor e também dos estudantes, que são princípios fundamentais previstos na CF/88, significando a retirada de recursos públicos já escassos para o lucro que não vislumbram uma relação com o sistema educacional público.

Assim, os sistemas privados lucrativos de ensino operam por “dentro” dos recursos da educação. Esse é um ponto importante, porque a partir dessa configuração,

abre-se a possibilidade de repasse cada vez maior de recursos públicos escassos à iniciativa privada. Ou seja, com essa prática de terceirização, vai se perdendo a capacidade de gestão própria, específica, voltadas para os reais anseios da comunidade local que tende a perder sua identidade.

A lógica da educação não pode ser uma lógica mercantil, a lógica é a formação integral do ser humano. O ser humano se forma é na cultura (o verdadeiro conteúdo da educação: arte, filosofia, crenças, valores, direito, esportes, etc.) e não se *transmite* como acontece com uma mercadoria ou um objeto qualquer, o educando só aprende quando se faz sujeito (PARO, p. 65, 2015).

## CONCLUSÕES

Os dados qualitativos coletados neste estudo revelam muitos indícios de privatização e mercantilização da educação básica no Estado do Piauí. Entre as informações coletadas ressalta-se que este estudo deve ser aprofundado, com investigações focadas na destinação de recursos públicos para organizações privadas e reunir evidência empírica costumeiramente sonogada pelos discursos empresariais da educação no Piauí.

Portanto, conforme Freitas (2012, p. 386) a luta pela escola pública de qualidade precisa ser atualizada, pois “não basta mais a sua defesa, agora temos que defender a escola pública com gestão pública”.

## REFERÊNCIAS

BEHRENS, Maria Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica.**

Petrópolis, RJ: 6. ed. Editora Vozes, 2013.

CAETANO, M. R. **Ensino Médio no Brasil e privatização do público:** o caso do Instituto Unibanco. *Universidade e Sociedade* (Brasília), v. XXIV, p. 84-99, 2015.

FREITAS, L.C de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 33, n. 119, p. 379- 404, abr.-jun. 2012.

GENTILI, P. Adeus à escola pública – A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da Exclusão:**

Crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 215-238.

PARO, V. **Diretor escolar:** educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

XIMENES, Salomão. **Desafios da Conjuntura - Mesa 1: Sistemas de ensino privado na educação pública.** Transmitido ao vivo em 19 de nov. de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YFtAdK7hvLA>>. Acesso em: 28 jun. de 2017.